

Cartilha Popular

Novos Paradigmas para Outro Mundo Possível




Abong
DEMOCRACIA, DIREITOS
E BENS COMUNS

 **Assessoria**
Religião, Cidadania e Democracia



FASE



**NOVOS
PARADIGMAS**
rumo ao bem viver

**CARTILHA POPULAR
NOVOS PARADIGMAS
PARA OUTRO MUNDO POSSÍVEL**

Abong – Democracia, Direitos e Bens Comuns
e
Iser Assessoria

2019



SUMÁRIO

<i>Apresentação</i>	7
<i>Evitar o desastre: como construir a sociedade do bem viver</i>	11
<i>Extrativismo: um modelo de sociedade</i>	12
<i>Bem Viver: um novo paradigma</i>	13
<i>Os Poderosos: quem se beneficia com o atual sistema?</i>	14
<i>Resistência: como salvar a humanidade?</i>	16
<i>Alternativas: como fazer isso na prática?</i>	19
<i>1 - Soberania alimentar e agroecologia: alimentação saudável para todas as pessoas</i>	20
<i>2 - Energias renováveis: o caso da energia solar</i>	24
<i>3 - A mineração e as lutas em defesa dos direitos dos povos</i>	28
<i>4 - Reciclagem em nossas mãos!</i>	32
<i>5 - Transporte Público Gratuito para uma Cidade Sustentável</i>	36
<i>6 - Renovação política na prática: as juventudes fazem diferença</i>	40
<i>7 - Por uma frente de resistência urbana: como construir territórios de bem viver e vida digna na América Latina?</i>	44
<i>8 - Cisternas: a democratização do acesso à água no semiárido nordestino</i>	48
<i>9 - Educação Popular como prática da Liberdade</i>	52
<i>10 - ODS - Agenda 2030: Sociedade Civil Construindo a Resistência Democrática</i>	56



APRESENTAÇÃO



Valter Campanato/Agência Brasil

A insustentabilidade do modo de vida centrado no consumo ilimitado já é um tema conhecido pela maioria dos habitantes do planeta Terra. A consciência de que esta insustentabilidade está chegando no seu limiar e que põe em risco a sobrevivência da própria humanidade talvez ainda não seja um senso comum.

Infelizmente, as pessoas raramente fazem a conexão dos eventos climáticos extremos - como ondas de calor acima de 50º, ou o aumento dos furacões e de seu poder destruidor, as chuvas torrenciais ou as secas intermináveis - e suas consequências para a vida humana, para a vida animal e para os vários biomas.

Outra abordagem que também não é comum é a injustiça social deste modo de vida. Para que alguns tenham várias casas e carros, troquem seu guarda-roupa todo ano, tenham alimento em abundância a ponto de jogar muitas “sobras” no lixo, é preciso que muitos não tenham nada. Se este modo de vida da minoria rica fosse estendido para todos os seres humanos, o planeta não suportaria.

Talvez, como em nenhuma outra época da história humana, seja preciso fazer escolhas. E fazê-las rápido.

O que talvez poucas pessoas saibam é que as alternativas para mudar esta realidade já existem e estão sendo praticadas e construídas por pequenas e médias comunidades, por organizações e movimentos sociais em todo o mundo, por governos locais, por trabalhadores e trabalhadoras da economia solidária, por povos indígenas, povos tradicionais e povos de matriz africana.

As saídas para estas crises econômicas, sociais e ambientais existem. Só que elas mexem com os poderes econômicos e políticos instituídos. Portanto, para que seja possível promover as mudanças, é preciso, por um lado, fortalecer as experiências que apontam para as novas formas e modos de vida. Mais que isso, é preciso construir uma mobilização social mundial em prol destas políticas.

O **Projeto Novo Paradigmas** se insere nesta estratégia. Primeiro porque busca mapear, catalogar, reunir num ambiente comum e difundir as práticas sustentáveis de redes, movimentos, organizações e comunidades. Estas informações estão organizadas por temas no **Banco de Práticas Alternativas** e podem ser conhecidas, visitadas, analisadas e replicadas.

A outra contribuição nesta estratégia é a possibilidade de intercâmbio, reflexão e sistematização de experiências através da reunião de lideranças locais, quilombolas, indígenas, jovens de periferias, trabalhadoras e trabalhadores, coletivos comunitários em parceria com especialistas, estudiosos, cientistas, intelectuais para, juntas e juntos, **dialogar sobre as propostas** que estão sendo experimentadas e sobre a **criação deste grande movimento mundial em prol da mudança** deste modo de vida insustentável.



Um destes momentos ocorreu no Fórum Social Mundial – Resistir é Criar, Resistir é Transformar - realizado de 13 a 19 de março de 2018, em Salvador, Bahia, Brasil. O Encontro Internacional “Evitar o desastre ecológico. Construir a sociedade do bem viver” reuniu 250 lideranças sociais, estudiosas/os, cientistas e pesquisadoras/es de 25 países e se inseriu na estratégia de identificar, fortalecer e difundir práticas sociais do campo democrático e popular do Brasil, da América Latina e do mundo que apontem para a construção de um outro mundo possível, urgente e necessário.

Esta Cartilha tem por objetivo difundir as principais ideias que circularam neste momento de diálogo internacional e, a partir delas, propor algumas dinâmicas de reflexões para serem feitas em pequenos grupos, em rodas de conversas, em aulas públicas, em eventos culturais, em qualquer lugar que reúna pessoas interessadas na mudança.


Optamos por organizar temas e conteúdos na forma como foram surgindo nos debates e, ao final de cada tema, sugerir duas ou três questões que podem ajudar a iniciar um debate, reflexão ou discussão em sua comunidade, grupo de estudos, grupo cultural, grupo de jovens, igreja, terreiro ou casa de oração ou organização da sociedade civil (OSC).

Optamos por imprimir uma pequena quantidade de exemplares da Cartilha em função do impacto ambiental que os materiais impressos geram. Mas ela está disponível em meio digital e pode ser baixada gratuitamente em computadores e celulares.

Boa leitura. Bom estudo. Boa luta.

Mauri Cruz - Abong

Ivo Lesbaupin – Iser Assessoria

A stylized illustration of a tree with a dark green trunk and branches, and a light green canopy. The background is a solid green color with some faint, lighter green shapes suggesting foliage or a landscape. The text is positioned in the lower-left quadrant of the image.

**EVITAR O DESASTRE:
COMO CONSTRUIR
A SOCIEDADE
DO BEM VIVER**

Quilômetros e quilômetros de um monocromático verde, cercado por uma vegetação rasteira: a vista aérea de uma plantação de soja sintetiza de maneira contundente questões abordadas no Encontro Internacional “Novos Paradigmas para um Outro Mundo Possível”, realizado em Salvador (BA), durante o Fórum Social Mundial 2018.

A falta de diversidade e aridez da imagem não se restringem àquela plantação. Na verdade, elas se espalham por toda a sociedade que a cultiva, impedindo o estabelecimento do Bem Viver e colocando toda a humanidade em risco.

O Encontro Internacional se insere na estratégia de identificar, fortalecer e difundir práticas sociais do campo democrático e popular do Brasil, da América Latina e do Mundo que apontem para a construção de um outro mundo possível, urgente e necessário.

Com o tema “Evitar o desastre ecológico. Construir a sociedade do bem viver”, o encontro reuniu 250 pessoas de 25 países e três continentes na Tenda Novos Paradigmas construída no Território Social Mundial, no Campus Ondina da Universidade Federal da Bahia (UFBA).





Valter Campanato/Agência Brasil

EXTRATIVISMO: UM MODELO DE SOCIEDADE

Monoculturas, como a da soja, o uso abusivo de água na indústria e agroindústria e a exploração mineral são alguns exemplos do que especialistas vêm chamando de “extrativismo”, um tipo de ação que extrapola a lógica das atividades em si.

“O extrativismo não é um modelo econômico, é uma forma de organização da sociedade, contra as diferenças e contra os povos”, avalia Edgardo Lander, da Universidade Central da Venezuela. Essa forma de organização explora os bens comuns da terra, ameaçando a própria humanidade, posta diante de uma “crise civilizatória”, aponta o especialista.

As razões dessa crise estão relacionadas com o que o professor chamou de “caráter antropocêntrico” das nossas sociedades, que coloca o ser humano no centro e destrói tudo o que está em volta.

“É um padrão patriarcal, hierárquico, classista e racista, que tem origem na Europa e que destruiu todas as outras possibilidades de organização social que ocorriam no mundo, naturalizando as diferenças e as desigualdades”, afirma Lander.

Na prática, estamos “destruindo o mundo para atender os interesses de uma minoria”, avalia o economista Ladislav Dowbor.

BEM VIVER: UM NOVO PARADIGMA



Para enfrentar esse descaminho, é preciso mudar de paradigma. E os povos originários são o melhor exemplo e inspiração. *“As comunidades indígenas não se preocupam com os indicadores internacionais ou algo que o valha. Mas vivem no cotidiano as contradições do sistema, em luta por sua resistência/existência”*, afirma Tânia Ricaldi, do Grupo de Trabalho Cambio Climático y Justicia, um coletivo boliviano com mais de 40 organizações que atuam sobre a questão das mudanças climáticas e da justiça.

O Bem viver é uma concepção de vida proveniente dos povos indígenas andinos, presente tanto nos Aimara (Bolívia) quanto nos Quechua (Bolívia e Equador), e também dos povos Guarani (Brasil, Paraguai). O termo não tem uma definição única, mas há alguns elementos comuns. Segundo esta concepção, não existe oposição entre o ser humano e a natureza, mas todos – seres humanos e demais seres – fazem parte da natureza. A natureza não é um objeto ou uma fonte de recursos e matérias primas, mas um ser vivo do qual o ser humano faz parte e com o qual deve viver de forma harmoniosa.

“Precisamos romper muitas barreiras para alcançar a harmonia que o mundo precisa. Pensar em novos paradigmas para um novo modelo de bem viver passa por analisar o mundo de hoje e o que causa todo este mal estar vivenciado por todos e todas, expresso pela afronta às diferentes culturas, pessoas e modos de vida.”, afirma Sônia Guajajara, da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB).

Lander enfatiza a importância de desmistificar a ideia de que a tecnologia e a ciência são a forma de construir alternativas ao cenário atual e abrir frente para o estabelecimento do Bem Viver. *“Muitas vezes, o debate sobre a crise e as alternativas aponta para isso, mas o padrão hegemônico da ciência e da tecnologia não apenas não nos apresenta as soluções como é parte do problema”*.

Ele aponta como alternativa para se pensar o futuro da vida e das sociedades o conceito de *“descrescimento”* - cujo debate, especialmente em países europeus, se centra na ideia de que, para que o mundo seja harmônico, é necessário reduzir os nossos padrões de consumo - e o de *“pós-extrativismo”*, mais usual na América Latina, que prega um mundo constituído para além da exploração do planeta para o consumo.



OS PODEROSOS: QUEM SE BENEFICIA COM O ATUAL SISTEMA?

Mas os desafios são enormes, como lembra Daniel Hostettler, da Fastenopfer (Suíça), já que quem se beneficia mais da crise do planeta são os mesmos que detêm o poder para mantê-la.

Por ser uma forma de organização da sociedade, a lógica do extrativismo está disseminada, incutida nas mentes até mesmo daqueles governantes identificados como progressistas, como os que governaram diversos países da América Latina nos últimos 15 anos. Essas gestões não impediram o avanço da lógica de exploração em países como Venezuela e Equador. Na Bolívia, segundo Tânia Ricardi, a Lei em Defesa da Mãe Terra vem sendo violada por empresas e governo.

Em toda a região, o Estado tem agido para criminalizar movimentos e fortalecer a exploração empresarial dos bens comuns. No Brasil, há mais de 20 projetos no Congresso Nacional destinados à ampliação da caça, da pesca e da exploração de recursos naturais. Povos Indígenas e Quilombolas são duramente atacados. Mas as consequências dessa exploração não recaem apenas sobre eles.

“Como podemos fazer com que o Brasil valorize nossa cultura originária, nossos povos, línguas e costumes? Não precisamos voltar ao Brasil Colônia, mas sim ter a consciência de que os povos indígenas são os que garantem a resistência pela manutenção dos nossos recursos e riquezas naturais. Sem eles o Brasil seria só cana e pasto”, afirma Sônia Guajajara, da APIB.

Guajajara acrescenta que esse cenário histórico é agravado pelo golpe em curso no país. Se o governo de Dilma Rousseff já trazia ameaças aos direitos dos povos indígenas, sua destituição em 2016, por meio de um impeachment sem crime de responsabilidade, abriu as portas do poder para grupos ainda mais ligados ao agro-negócio, mineradoras e outros setores que atuam para o aprofundamento do extrativismo, tornando ainda mais insensíveis os governantes e inócuas as instituições.

“Nem a luta, nem a pressão, nem a mobilização popular estão dando conta de barrar as reformas feitas pelos donos do poder político e do poder econômico. Seguem

operando os acordos que levaram ao golpe, levando o país a uma conjuntura dramática e brutal, com 40 anos de retrocesso no tocante aos direitos conquistados”, afirmou.

Para Lindomar Terena, do Conselho Terena/APIB, não há dúvidas: *“Se não rompermos a cerca que nos separa de nossa terra e de nossa história, não vamos alcançar o Bem Viver para nós e para as gerações futuras”.*

Para Tânia Ricardi, é fundamental *“criar e ampliar, cada vez mais, espaços de concertação e de diálogo com as diversas comunidades e suas experiências. Extrapolar espaços internacionais - ONU [Organização das Nações Unidas], COP [Conferência da ONU sobre o Clima], etc. - onde a agenda é controlada pelos donos do poder, criando uma agenda dos povos, a fim de ampliá-la para as comunidades de base”.*

Rompimento de barragem da Vale em Brumadinho (MG)



RESISTÊNCIA: COMO SALVAR A HUMANIDADE?



A resistência a esses processos, portanto, é contínua e as diversas iniciativas já existentes devem ser estudadas e compartilhadas.

“Em El Salvador, o governo, cuja origem encontra-se à esquerda, ao invés de lutar contra este cenário, tem colaborado para a entrega dos territórios e recursos locais. A partir desta realidade, os movimentos populares e organizações têm criado processos ainda mais amplos de resistência, pressionando o governo para que sua voz seja ouvida. E é a voz do conhecimento, da experiência, da prática, que há muito o povo já falava, já sabia, já praticava. Significa, portanto, que não há que inventar nada, mas sim trocar experiências e multiplicar os esforços para esta construção de um novo modo de vida, de um novo mundo”, afirma Natalia Quiñonez, da Fundación por el Derecho a la Vivienda y al Habitat de El Salvador (Fundasal). *“Para nós, o novo mundo só é possível através da justiça restaurativa, como um processo de restituição histórica”,* completa.

Você pode estar pensando: mas e daí, como salvar a humanidade?

Cada um de nós deve agir, cotidianamente, com a audácia de mudar esse quadro, sugere Riccardo Petrella, do Instituto Europeu de Pesquisa sobre a Política da Água. Para isso, precisamos nos conscientizar e conscientizar os demais de que não somos mais cidadãos de um determinado país. Somos habitantes da terra.

Mudar cada indivíduo, sem semear o individualismo, é fundamental.

“É preciso compreender também que nós e a natureza somos um só, ampliando a importância de lutar contra os fatores estruturais que nos impedem de lutar coletivamente”, defende Petrella.

Mas é sempre bom lembrar o que afirma Pablo Solon, da Fundação Solon e ex-embaixador do Estado Plurinacional da Bolívia na ONU: *“A crise que vivemos é uma crise sistêmica. Não é só política, econômica, social, cultural, mas uma crise que engloba tudo isso. Uma crise de todo o sistema que vigora na Terra”.*

Dessa forma, as alternativas sistêmicas devem ser: antiextrativistas, antiprodutivistas e antipatriarcais, além de, claro, anticapitalistas.

“Ainda é visto como natural se falar que ‘primeiro vamos resolver o problema do capitalismo’ para depois resolver o do patriarcado, depois a questão do racismo, etc. Já é sabido que isso está errado. O enfrentamento destes problemas deve se dar de forma articulada, pois os problemas também estão articulados entre si”, afirma Solon.

Segundo o ex-embaixador, para construir o Bem Viver, é necessário descolonizar o pensamento, ou seja, não podemos buscar soluções baseadas em velhos paradigmas, como o do produtivismo - algo que as esquerdas ainda fazem - e devemos aprender com outras lutas.

“O Bem Viver tem muito a aprender com o feminismo, pois ele não é, necessariamente, antipatriarcal. Tem muito o que aprender com os movimentos dos comuns, dos bens comuns, porque estes apresentam proposições alternativas ao Estado. As visões que temos são todas importantes e pensam no novo mundo, mas são insuficientes. Precisamos buscar a complementaridade entre as ideias de um novo mundo, para criar uma alternativa sistêmica”, afirma.



The background is a solid yellow color. Overlaid on this are several abstract, light-yellow shapes that resemble the outlines of trees or branches. These shapes are scattered across the page, with some appearing as thin, vertical lines and others as more complex, branching structures. The overall effect is a minimalist, graphic representation of a forest or natural environment.

ALTERNATIVAS: COMO FAZER ISSO NA PRÁTICA?



Giselle Brito/Abong

Durante os dois dias do Encontro Internacional Para um Outro Mundo Possível, em Salvador (BA), além das mesas de convergência, aconteceram oficinas com gente que já está construindo o mundo novo. Os participantes foram convidados a se nortear por duas preocupações que motivaram a realização do Encontro. A primeira era: *“Em que medida suas práticas inspiram e constroem os sentidos dos comuns e do bem viver?”*; E a segunda: *“Quais as estratégias de transição para outro modo de viver que elas sugerem?”*

Essas práticas estão sendo reunidas no Banco de Práticas Alternativas para que possam ser consultadas por quem quiser se inspirar em construir um outro mundo possível. Essa iniciativa está inserida no âmbito do projeto **“Novos Paradigmas de Desenvolvimento: pensar, propor, difundir”**, da **Abong** (Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais) e do **Iser Assessoria**, com apoio das agências internacionais **Misereor, Fastenopfer e DKA**.

Então vamos lá.



SOBERANIA ALIMENTAR E AGROECOLOGIA: ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL PARA TODAS AS PESSOAS

Centro Sabiá



É direito de um povo definir políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos, que garantam o direito à alimentação a toda a população e tenham por base a pequena e média produção, respeitando a diversidade das culturas e meio de vida locais. Esse é a definição do conceito de soberania alimentar, defendido pela Via Campesina como forma de se contrapor aos interesses do agronegócio e das grandes corporações transnacionais.

Nesse contexto, ganha força a proposta da agroecologia, que consiste em um modo de produção de alimentos socialmente justos, em que o produtor familiar coloca à disposição da sociedade por um preço justo alimentos de alta qualidade biológica e limpos também do ponto de vista social: com garantia de acesso à terra para os pequenos agricultores, sem agrotóxicos, preservando o meio ambiente e garantindo relações sociais justas entre produtores, distribuidores e consumidores.

A união desses dois conceitos aponta para a construção de um novo paradigma para a vida no campo e também para a forma de abastecimento das populações urbanas. É esse objetivo que une experiências do movimento camponês e de organizações da sociedade civil de vários países de todo o mundo.

Para o Grupo Semillas, da Colômbia, a questão central passa por combater a privatização das sementes. Grandes empresas produzem e patenteiam sementes e atuam no sentido de criminalizar agricultores que não utilizam seus produtos. Para os ativistas do Semillas, esse processo significa o domínio sobre a base alimentar dos povos e das culturas produtivas.

Outras iniciativas apostam no fortalecimento de cultivos tradicionais. A Rede Eclesial Pan-Amazônica (REPAM) atua na Amazônia e, para defender a população local de madeireiros e mineradores, desenvolve o projeto Aulas Vivas, em que diagnostica como é e como poderia ser a lavoura da terra, incentivando a conservação e resgate de técnicas indígenas.

Já a Vivant Internacional atua na Bolívia, Peru, Guatemala, Congo e Libéria. Ela oferece cursos relacionados à questão do solo e da importância da pluralidade de cultivos, desconstruindo a ideia de que a terra é uma mercadoria. Esses cursos se propõem a aumentar a consciência sobre a Mãe Terra, incentivar a medicina natural e a troca de sementes.

Presentes no Brasil e no Senegal, as EcoAldeias são comunidades que produzem alimentos por meio da agroecologia e da permacultura. No cultivo, também são aplicadas técnicas de uso da energia solar e de águas negras como adubo na produção de alimentos e de bioconstrução, sempre com o objetivo de ampliar as experiências e práticas alternativas ao capital global. Nelas se valoriza a resolução de conflitos de forma humanizada, solidária e pacífica a partir do diálogo, da confiança e da amizade.

Na Guatemala, a recuperação da cultura culinária relacionada à diversidade nativa é uma das estratégias de fortalecimento da soberania alimentar. A recuperação de cultivos tradicionais, como a plantação diversificada nos territórios, e as experiências inovadoras de cultivo e comercialização são compartilhadas entre os camponeses por meio de associações. Os produtos são trabalhados manualmente para se tornarem mais atrativos para os consumidores, garantindo maior valor comercial e renda para os agricultores. Rádios comunitárias e mídias alternativas são canais para dar visibilidade às ações e incidir politicamente.

No Brasil, uma experiência de destaque é a Rede Ecovida de Agroecologia, que desde 1998 trabalha com produção de alimentos por meio de práticas agroecológicas. Ou seja: produção de alimentos não contaminados por agrotóxicos, respeitando o meio ambiente e promovendo relações sociais justas.

Articulando agricultores, técnicos, consumidores e comerciantes unidos em associações, cooperativas, ONGs e grupos informais, a rede identificou uma barreira importante para pequenos produtores familiares que desejavam comercializar produtos agroecológicos: o alto custo da certificação, em que uma auditoria externa pode custar até R\$ 5 mil por unidade de produção.

Para atacar esse problema, a Rede Ecovida construiu, a partir de 2003, um processo de certificação/acreditação da conformidade orgânica com custo de R\$ 150 ao ano, acessível para agricultores familiares. É a Certificação Participativa em Rede (CPR), em que os próprios agricultores, técnicos e até consumidores participam do processo, inclusive com visitas às propriedades, num processo descentralizado e de geração de credibilidade colaborativa e em rede. Assim, consegue dar ao consumidor a segurança de que aquele alimento foi produzido de maneira ecológica, socialmente justa e dentro dos limites definidos em lei de uso de agrotóxicos.

Esse processo foi reconhecido pela legislação brasileira em 2011, e tornou-se uma grande contribuição da Rede Ecovida para o movimento agroecológico não só brasileiro. Hoje, essa nova forma de enxergar o processo de certificação está em mais de 20 países.

Todas as iniciativas têm em comum a ideia de que a pluralidade de cultivos incentiva a diversidade social, aumentando a soberania alimentar e a justiça social.

PERGUNTAS PARA DEBATE:

1 Você ou sua organização trabalha ou tem contato com agricultores familiares de sua região?

2 Como levar o debate sobre soberania alimentar e agroecologia para a população das cidades?

3 O que é preciso para sensibilizar o poder público e aumentar o apoio aos agricultores familiares?



ENERGIAS RENOVÁVEIS: O CASO DA ENERGIA SOLAR

Revolusolar



A Frente por uma Nova Política Energética para o Brasil, criada em 2013, é composta por várias organizações envolvidas na busca pela mudança das matrizes elétrica e energética no Brasil. Foca no abandono dos combustíveis fósseis e uso das energias renováveis, priorizando a geração descentralizada. A principal ação da Frente é a incidência sobre o poder público, para a mudança da política energética. A energia solar fotovoltaica ainda ocupa muito pouco espaço entre as fontes de energia no Brasil. Por esta razão, a partir de 2015, a Frente desenvolve vários projetos, sejam eles: a campanha “Nossa Casa Solar”; a “Escola Solar” (para disseminar a energia solar em escolas públicas); a formação de “agentes comunitários de energia”; a “Padaria Solar”; e a “Fábrica-Escola de lâmpadas LED de forma artesanal”.

Por que a energia solar? O sol é uma fonte de energia permanente e gratuita. A única despesa é o aparelho de captação da energia solar (os painéis solares) e a sua instalação. Depois disso, bastam os cuidados de manutenção. Não se precisa pagar pela energia vinda do sol. A energia solar não desmata e não polui. A outra vantagem é que pode ser descentralizada, não precisa depender de linhas de transmissão. O Brasil é um dos países do mundo que mais recebe a luz do sol.

Na região Amazônica, em Roraima, uma comunidade indígena vive em uma região comprovadamente com forte potencial eólico (ventos). Após discussões e articulação com o poder público estadual e federal, foi instalado um sistema piloto de geração elétrica de matriz eólica. A instalação dos dois sistemas foi realizada pelos próprios indígenas, com apoio técnico, atendendo hoje a cerca de mil pessoas. Em outra comunidade indígena se montou uma miniusina de energia elétrica, baseada na energia solar, cuja produção atende às necessidades da escola, da associação e outros equipamentos públicos. Estão sendo formados técnicos indígenas para a manutenção deste tipo de energia e uma Feira de tecnologia sobre geração de energia foi criada para fins de conhecimento/informação a comunidades isoladas.

O Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Social (FMCJS) é uma entidade que impulsiona a implementação de alternativas ao modelo de desenvolvimento dominante. Nos últimos anos, tem apoiado particularmente a adoção da energia solar. O Comitê de Energia Renovável do Semiárido (CERSA) é uma organização que tem poucos anos, faz parte do FMCJS e tem conseguido difundir bastante a implantação e o uso da energia solar. Hoje, a ASA (Articulação do Semiárido Brasileiro) está assumindo a proposta de usar bombas movidas a energia solar para trazer água da cisterna para utilização na plantação ou na horta ou para os animais. A entidade está desenvolvendo esse trabalho no Piauí: lá foram implantadas duzentas bombas solares, inclusive em várias escolas.

Foi exatamente essa característica que chamou atenção de muitas pessoas em Sousa (Paraíba), em um ano de seca, seca que foi tão forte que se transformou também numa crise energética. Porque boa parte de nossa energia é de matriz hidrelétrica e as reservas ficaram muito baixas. Então este fato provocou um grupo a se perguntar por que não utilizar esta fonte de energia (solar). O grupo decidiu consultar os acadêmicos. E a partir daí criou o CERSA. Um ano depois foi realizado um encontro na cidade de Pombal (Paraíba), na UFCG (Universidade Federal de Campina Grande) e deste encontro resultou a Carta de Pombal. Esse documento definiu 11 ações para mudar a realidade.

Desde 2015 para cá, o CERSA desenvolve ações, trabalhando junto às comunidades. Trabalho desenvolvido a partir do projeto “Semiárido solar”, em três eixos: disseminar o conhecimento do uso da energia solar fotovoltaica; disseminar o potencial que o Brasil e a região do Semiárido têm em energia solar e eólica; e fazer incidência política junto aos poderes constituídos - municipal, estadual e regional. Na escala federal, este papel cabe à Frente e ao Fórum (FMCJS).

O CERSA iniciou com o projeto “Escola Solar”, em duas escolas, uma na cidade de Pombal e outra na cidade de Sousa. Antes da instalação, foram feitas palestras para professores/as, alunos/as, pais de alunos/as, amigos/as da escola, o público em geral do entorno.

Quando se instala a energia solar nas escolas, ela se torna um instrumento pedagógico para as crianças, e o sol passa a ter um lugar na vida das crianças, como gerador de energia. Tem um impacto muito grande: diminui a despesa e o impacto ambiental. Comparando-se o preço da bomba solar e o preço da bomba elétrica, a bomba solar é mais barata. Porém, é preciso observar que não basta tecnologia solar na localidade, se ela não for implantada a partir da comunidade.

O outro projeto que veio na sequência foi o da “padaria solar”, levado à frente por um grupo de mulheres. A ideia era solarizar uma agroindústria comunitária. Elas produzem uma diversidade de bolos, biscoitos, bolachas, sequilhos, entre outros. A padaria funciona com energia solar, com gás produzido a partir do biodigestor, trabalham o reuso da água e as atividades são sempre realizadas em grupo.

Outro projeto foi o dos “agentes comunitários de energia”, desenvolvido numa comunidade, para o qual houve um processo de capacitação. São jovens - metade alunos/as e metade moradores/as - que passam de casa em casa, orientando sobre cuidados com energia, como gerar energia em casa, como economizar, como usar com segurança.

Veio também o projeto “paróquia solar”, na cidade de Sousa, a primeira paróquia da Paraíba que foi solarizada. A energia produzida é suficiente para todas as atividades da paróquia, religiosas, administrativas, para a ação social e para a quadra de esportes.

Outro projeto é de uma fábrica-escola para produzir lâmpadas LED, que, como se sabe, utilizam menos energia. A ideia foi de construir essas lâmpadas com garrafas PET, trabalhando com o lixo: reciclagem, reutilização, redução. Houve um curso de introdução à eletrônica básica e há agora uma pequena fábrica onde trabalham meninos e meninas. Ela funciona na sede de um sindicato da agricultura familiar – SINTRAF -, em Aparecida (Paraíba).

O CERSA envolve também atividades de pesquisa. Uma equipe foi até a PUC do Rio Grande do Sul para conhecer um laboratório do departamento de Física que desenvolve tecnologia brasileira de célula fotovoltaica. O CERSA mantém igualmente intercâmbio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, sobre a montagem de uma micro-rede de energia solar na Paraíba. Por outro lado, há uma articulação com o CREA-PB (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) para que os profissionais se informem sobre a importância e as potencialidades da energia solar.

Na Paraíba, até 2014 não existia nada: hoje conta com cerca de oito mil kW instalados, sendo que quase 6 mil no sertão. Sousa é reconhecida como a capital da energia solar da Paraíba. Lá há 2 mil kW e oito mil placas instaladas. Campina Grande é a segunda cidade, com menos da metade e Pombal é a terceira. Alguns prefeitos e prefeitas perceberam a importância desta fonte de energia – sustentável, durável, barata – e estão introduzindo-a em seus municípios. Além dos três municípios citados, outros oito se interessaram.

PERGUNTAS PARA DEBATE:

1 Existem instalações de energia solar na sua região (em casas, escolas, universidades, igrejas, etc.)?

2 São incentivadas pelo poder público?

3 O que é possível fazer para difundir a utilização da energia solar para gerar eletricidade na sua região?

A MINERAÇÃO E AS LUTAS EM DEFESA DOS DIREITOS DOS POVOS

Gisele Brito/Abong



Cabe anunciar primeiro uma importante vitória, ocorrida em um país latinoamericano, em março de 2017. El Salvador tomou uma decisão histórica: com o objetivo de proteger o próprio povo e o meio ambiente, proibiu a mineração de ouro e qualquer outro tipo de metal no país.

El Salvador é um dos países que mais sofre com a poluição ambiental: as bacias hidrográficas, responsáveis pelo abastecimento de água para a população, apresentam sérios índices de contaminação. Estima-se que 90% delas estejam infectadas com substâncias tóxicas, metais pesados e resíduos de lixo. A mineração é uma indústria que tem como vítima principal a água.

A vitória no parlamento foi conquistada depois de uma longa luta, que durou quase uma década. O projeto de lei recebeu mais de 80% dos votos dos parlamentares, com apoio de todos os partidos. A aprovação da nova lei foi obtida graças à mobilização de ambientalistas e outras organizações da sociedade civil. Milhares de pessoas foram às ruas para pedir a proibição da mineração. A iniciativa teve significativo apoio da Igreja Católica, de entidades da sociedade civil e da academia.

No Brasil, a rede *Justiça nos Trilhos* nasceu em 2007, atuando na região norte, no “corredor de Carajás”, que abrange Maranhão e Pará, onde atua a mineradora *Vale*. Cerca de 30 comunidades são acompanhadas pela rede na região impactada pela mineradora.

Os efeitos diretos da mineração, tanto em termos ambientais como em termos sociais, ocorrem em três etapas: na extração do minério, no transporte e na exportação. Na inteira região mina-ferrovia-porto, houve e há impactos de desmatamento e expulsão de famílias de seus territórios; também as relações trabalhistas são marcadas por conflitos e violações. E há impactos específicos nas comunidades indígenas. Os vários empreendimentos da mineradora afetam diretamente a vida das pessoas destas comunidades.

Há a contaminação das águas do rio com produtos químicos. Há também poluição do solo, do ar e sonora. Em seus quase 900 quilômetros de extensão, os trens trafegam diariamente, cruzando as comunidades, o que provoca não raramente desmoronamento de poços e rachaduras nas paredes das casas – pela trepidação – e acidentes de pessoas que atravessam a via férrea, com uma média de quase uma vítima por mês. Vivem nesta região dois milhões de habitantes.

Três eixos têm sido fundamentais para o enfrentamento das questões da mineração: assessoria jurídica e defesa dos direitos das comunidades; fortalecimento da organização das comunidades; visibilidade das denúncias e comunicação como ferramenta de intercâmbio e transformação da realidade. É fundamental fortalecer as comunidades, incentivando sua

participação direta no enfrentamento dos conflitos, na promoção e defesa de seus direitos e evitando a criminalização das lideranças que lutam contra o poder da mineradora.

O modo como as leis têm sido feitas no Brasil e como os parlamentares têm tratado desse tema leva à deterioração das condições de vida das pessoas. Há tempos, e ainda mais após o golpe de 2016, as leis ambientais têm sido bastante “flexibilizadas” para favorecer as empresas, em detrimento da defesa da população e do meio ambiente.

A comunicação criativa pode ser uma grande aliada no enfrentamento travado pelos movimentos sociais, inclusive para desmistificar algumas inverdades repetidas pelas mineradoras. Um exemplo foi o da empresa norueguesa Norsky Hydro, responsável por graves impactos ambientais em Barcarena (Pará). A empresa dizia no seu país que estava tudo bem, mas foi desmascarada pelas mídias aliadas das causas ambientais e teve que se explicar aos investidores, acionistas e poder público norueguês. As ameaças imperialistas são muito fortes e poderosas, mas há condições para responder à altura, com dados e comunicação estratégica.

Justiça nos Trilhos tem investido na articulação com redes internacionais: é aliada à rede “Iglesias y Minería” (latino-americana); vincula-se à “Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale” (de âmbito internacional), ao “Observatorio de Conflictos Mineros de América Latina” (OCMAL) e participa da REPAM (Rede Eclesial Pan-amazônica)¹.

Nos últimos tempos, a rede tem procurado desenvolver um novo eixo, que é o das alternativas. Que saídas podem existir? Como superar a “mineração de saque” (depredadora do meio ambiente)? Que transição é possível rumo ao pós-extrativismo?

Qualquer que seja o caminho, uma alternativa fundamental é a agroecologia: a luta contra as mineradoras tem de ser ligada à luta por uma agricultura ecológica, produzindo alimentação saudável, com trabalhadores sadios, sem risco de adoecimento produzido por agrotóxicos.

¹ Cf. <https://iglesiasymineria.org>
<https://www.ocmal.org> ; <http://repam.org.br>

PERGUNTAS PARA DEBATE:

1 Há mineração na sua região?

2 Tem impacto sobre a vida das pessoas, sobre o meio ambiente?

3 Que saídas poderiam existir para superar a “mineração de saque”?

Antonio Cruz/Agência Brasil





RECICLAGEM EM NOSSAS MÃOS!

UNICICLAR/RS



Esta afirmativa acima se tornou um mantra para milhares de ambientalistas, estudiosos/as, militantes sociais, catadoras e catadores nos processos dos Fóruns Sociais Mundiais desde 2001, em Porto Alegre.

A questão da gestão dos resíduos é um elemento central para a análise dos paradigmas do capitalismo que, na sua concepção, descarta tudo que não gera lucro imediato. Isto porque, na conta do capital, os impactos que serão criados pelo que foi “descartado” nunca entram na equação econômica. Neste sentido, esta equação está errada do ponto de vista matemático, econômico, social e, principalmente, ambiental.

Desde a Eco-92 realizada no Brasil, os temas ambientais têm sido evidenciados na mídia, nas escolas e através do próprio movimento ambientalista. Apesar disto, quase nada se avançou no país. A produção de resíduos segue acelerada, seja em função da obsolescência programada, seja pela falta de uma política de redução, reuso, reciclagem e descarte sustentável.

Desde lá, uma importante conquista foi a criação do Movimento Nacional dos Catadores e Recicladores (MNCR)², que reúne milhares de lideranças populares em praticamente todas as cidades grandes brasileiras. O MNCR, para além de um movimento de defesa de direitos das catadoras e catadores de resíduos e de sua importância nos processos de gestão dos resíduos, é uma agenda econômica que apoia a criação de cooperativas como instrumento de renda de milhares de famílias que vivem do lixo.

Atualmente, as cooperativas vinculadas ao Movimento Nacional de Catadoras e Catadores tem enorme capacidade de coleta, triagem e destinação correta dos resíduos produzidos pelas cidades. Apesar disto, a maioria dos municípios brasileiros segue gastando milhões de reais todos os meses para a coleta motorizada com caminhões e a destinação para aterros sanitários que, em poucos anos, chegam ao seu limite, obrigando o poder público a criar outro, num círculo vicioso.

Todo movimento ambiental defende a reciclagem popular, protagonizada por catadores organizados em cooperativas, como forma de gestão dos resíduos. A organização dos catadores em cooperativas possibilita que o dinheiro público gasto para a gestão de resíduos seja

“Prá nós não existe lixo. Porque, no Planeta Terra não existe fora. Tudo que aqui está irá continuar por aqui por milhares de anos então temos que aprender com a natureza e reciclar tudo.”

direcionado para comunidades e vilas no entorno dos lixões e aterros sanitários, possibilitando uma melhora das condições de vida dos trabalhadores e trabalhadoras. Na visão do MNRC, a reciclagem popular é a melhor política pública porque, além de ser benéfica para o meio ambiente, tem o poder de incluir os catadores e romper o ciclo da pobreza.

Neste sentido, a aprovação da Lei Política Nacional dos Resíduos Sólidos³ no Governo Lula (2010) foi um importante avanço, porque garante a redução e gestão adequada de resíduos sólidos. Esta lei responsabiliza os produtores dos resíduos pela destinação dos materiais que forem descartados no final do processo de consumo e determina que os custos deste descarte ou de sua destinação final deve ser igualmente de sua responsabilidade. Da mesma forma, a Política de Resíduos Sólidos prioriza as cooperativas e associações de catadoras e catadores como protagonistas dos sistemas de coleta, triagem e destinação dos resíduos.

Apesar disso, esse tema segue em disputa no Congresso Nacional. Políticos e empresários defendem a incineração, que emprega pouca gente, gasta mais dinheiro, envolve mais tecnologia, polui e encerra o ciclo produtivo dos recicláveis.

As matérias primas são finitas. Não há saída fora da redução do consumo, reúso ou customização de produtos e materiais já produzidos, reciclagem dos resíduos de todos os processos produtivos e destinação adequada e sustentável daquilo que não puder ser reciclado.

Estas medidas passam pelo cumprimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos e, em especial, pela implementação de programas de coleta, gestão e reciclagem de lixo através da reciclagem popular, envolvendo comunidade, cooperativas de catadoras e de catadores, centrais coletivas de triagem e apoio direto para as pequenas e médias empresas que atuam na cadeia da reciclagem de resíduos.

2 <http://www.mnrc.org.br/>

3 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12305.htm

PERGUNTAS PARA DEBATE:

1 Na sua casa é feita a separação dos resíduos por tipo?
Há sistemas de coleta de lixo em sua rua? Há coleta seletiva?

2 Há alguma cooperativa de reciclagem em seu bairro ou cidade?
Você tem contato, conhece como funciona? Sabe como apoiá-la?

3 Como ajudar a implantação
da Política Nacional dos Resíduos Sólidos?

SMCS/Prefeitura de Curitiba





TRANSPORTE PÚBLICO GRATUITO PARA UMA CIDADE SUSTENTÁVEL

Mídia Ninja



Símbolo da vida em comunidade, a mobilidade é uma questão muito sensível, principalmente nas cidades. A forma como as sociedades organizam essa política diz muito sobre sua concepção da vida e dos direitos coletivos. Uma política de mobilidade elitista e excludente, centrada no automóvel individual, que atende de forma insatisfatória os 20% mais ricos nas cidades, reflete uma visão de sociedade não democrática e nem incluyente. Mudar este paradigma é elemento central para quem deseja construir um outro mundo possível.

O automóvel foi “vendido” como símbolo de progresso, desenvolvimento e modernidade. Mas, na realidade, uma política de mobilidade centrada no automóvel individual só interessa à indústria automobilística, às grandes petrolíferas e à indústria de construção de rodovias e estradas. A mobilidade centrada no automóvel movimenta bilhões de dólares e bilhões de interesses. Mexer com esta máquina é enfrentar setores poderosos. A questão é que o automóvel além de não atender de forma satisfatória às necessidades de mobilidade da sociedade, resulta em congestionamentos, poluição e muitas mortes. Só no Brasil são 40 mil mortes anuais desde que, em 1997, foi implementado o novo Código de Trânsito Brasileiro. Foram, portanto, 800 mil pessoas que perderam a vida em acidentes de trânsito.

É muito mais lógico e eficaz priorizar os modos não motorizados para deslocamentos até 10km e modos coletivos para deslocamentos acima desta distância. Por isso, a priorização do transporte coletivo tem sido uma política histórica de quem defende uma mobilidade sustentável e democrática. No Brasil, a forma de financiamento do transporte coletivo é exclusivamente com recursos dos usuários através das tarifas públicas, forma de financiamento que tem sido um elemento que depõe contra o próprio sistema. Não raro, é mais barato fazer os deslocamentos com transporte individual do que no coletivo.

Para radicalizar a prioridade ao transporte coletivo como política pública eficaz, muitas cidades têm assumido a política do transporte público gratuito, aqui no Brasil conhecida como “tarifa zero”. A proposta nasceu em 1971 na cidade de Dortmund, Alemanha, e foi se expandindo para outras cidades até se tornar uma bandeira para muitos movimentos sociais que veem na democratização da mobilidade uma forma de democratização do acesso à própria cidade. O transporte público gratuito virou uma palavra de ordem em muitas cidades e passou a ser incorporado como proposta de pauta de várias administrações municipais que passaram a discutir a sua regulação.

Em todo o mundo, 86 cidades já aboliram a cobrança de tarifas para o transporte público. Há experiências parecidas na Estônia (Tallinn), na Bélgica (Hasselt), na Suécia (Estocolmo), na Austrália (Sidney), na China (Changning e Shangzhi), nos Estados Unidos (Corvallis) e na Croácia (Zagreb), entre outros lugares. Comprometidos com a mobilidade democrática

e sustentável, estes governos locais construíram sistemas de transporte público gratuitos, demonstrando como é importante tratar o transporte público no mesmo lugar que as políticas públicas de saúde, educação e assistência social e dos demais direitos básicos. No Brasil há 12 cidades com experiências de tarifa zero⁴. Maricá no Rio de Janeiro, Mazambino em Minas Gerais, Agudo em São Paulo e Glorinha no Rio Grande do Sul são alguns exemplos.

Com a crise social mundial, que exclui milhões de seres humanos do acesso a bens e serviços, a defesa do transporte público gratuito é uma agenda social de extrema importância porque combate a desigualdade. Na Europa, nos últimos anos, surgiu uma onda ecológica que tem unificado setores de esquerda e de direita. Esta onda entende o transporte público como chave: defende que quanto mais ônibus e metrô, menos carros. Em alguns locais estão sendo criados movimentos de desobediência civil que estimulam as pessoas a não pagarem os transportes, e que dão inclusive assistência jurídica para as pessoas que por um acaso sofram represálias legais ou mesmo perseguição da repressão policial.

A união do debate da mobilidade urbana com outras pautas tem potencial de mobilizar um espectro amplo de setores das diversas classes sociais. Articular-se com a defesa de agendas mais amplas, como as agendas do ativismo ecológico, tem sido uma estratégia importante para colocar a defesa do transporte público gratuito no centro da pauta nas cidades. Na Europa, o tema da “tarifa zero” se fortaleceu e é entendido em relação às lutas antirracistas ligadas à migração e favorável à questão dos refugiados.

Já no Brasil, onde a desigualdade tem cor, a luta por tarifa zero no transporte público tem tudo a ver com a luta contra o racismo e pelos direitos das mulheres, que são a maioria que usa o transporte coletivo nas nossas cidades. Infelizmente, nem mesmo os governos democráticos e populares em âmbito local, estadual ou federal assumiram esta agenda como estratégica. A exceção foi o governo de Luiza Erundina (PT), em São Paulo, que tentou aprovar uma lei a garantindo a tarifa zero, mas não conseguiu por oposição da maioria da Câmara de Vereadores.

Apesar da euforia com a criação do Ministério das Cidades em 2003, ele pouco avançou nas agendas mais inovadoras, mesmo com uma boa Lei da Mobilidade aprovada em 2012. No Brasil é comum que os governos e partidos democráticos e populares tratem a mobilidade democrática e sustentável como uma essa pauta menor e até rebaixada em relação às pautas econômicas.

A política de mobilidade tem um impacto direto no modo de vida da humanidade. É possível criar cidades acessíveis, com menos necessidade de deslocamentos, a chamada cidade do não-transporte, onde as pessoas tenham acesso ao atendimento de suas principais neces-

sidades em regiões próximas. Ter uma rede de transporte público gratuito com metrô, com veículos leves sobre trilhos, corredores exclusivos de ônibus com energia renovável, tudo isso operando em rede integrada, é possível, tanto do ponto de vista tecnológico como do econômico, desde que a mobilidade não seja vista como mercadoria e sim como um direito constitucional e um direito humano.

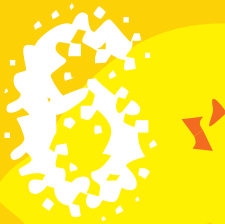
Transporte Público Gratuito ou Tarifa Zero é uma medida que tem como base novos paradigmas que defendem a vida, a igualdade, a justiça, a preservação ambiental e o bem viver.

PERGUNTAS PARA DEBATE:

1 Por quê e para quem ter um automóvel é símbolo de poder e status social?

2 Essa mentalidade ajuda na mobilidade em nossa cidade?
Como seria nossa cidade com uma rede de transporte público gratuito?

3 Quais as medidas possíveis para que esta proposta possa se tornar realidade em nossa cidade?



RENOVAÇÃO POLÍTICA NA PRÁTICA: AS JUVENTUDES FAZEM DIFERENÇA

Gisele Brito/Abong





itada todo o tempo nas discussões sobre a crise da política, a necessidade de renovação passa diretamente por uma maior abertura para a participação da juventude. Organizados em coletivos ou mobilizados em ações espontâneas, jovens estão assumindo o protagonismo em diversas situações e movimentos, deixando claro que têm capacidade e desejo de intervir e modificar sua própria realidade.

Foi o que os estudantes secundaristas deixaram claro para todo o Brasil com as ocupações de escolas que aconteceram em 2015 e 2016. O processo começou em São Paulo, para resistir contra a ameaça de fechamento por parte do governo estadual, e espalhou-se por mais de 900 escolas em todo o país para combater a reforma do ensino médio e a Proposta de Emenda Constitucional que impôs um teto para os gastos sociais, defendidas pelo governo de Michel Temer.

A experiência propiciou aos jovens protagonistas das ações um aprendizado intenso do que é e para o que serve a política. Eles tomaram a frente diretamente do processo, incluindo se reunir, deliberar e cuidar da segurança, alimentação, limpeza, programação, comunicação e solução de conflitos internos – além de assumirem um papel político de peso numa conjuntura bastante complexa.

Foi também uma iniciativa de valorização da escola pública e de seu papel nos bairros em que estão instaladas como locais de encontro, de troca, de lazer. As ocupações se tornaram espaços de aulas e oficinas oferecidas voluntariamente por pessoas da comunidade, que também apoiaram com doações.

Esse aprendizado foi um ganho permanente para os estudantes, que depois das ocupações, os estudantes criaram ou se integraram em outros grupos de resistência no teatro, na música, nas artes ou grupos com viés político-partidário.

Parte das metodologias usadas pelos secundaristas – a horizontalidade e ação multiplataforma, por exemplo – havia se popularizado em 2013, nas chamadas Jornadas de Junho, desencadeadas pelas mobilizações do Movimento Passe Livre (MPL), que luta pela gratuidade do transporte público.

O grupo surgiu em 2001 e tem como foco os usuários de transporte público, mas desenvolve seu trabalho de base ao lado de secundaristas e universitários. Com essa metodologia, o MPL mobilizou durante mais de uma década pessoas em várias cidades do país em torno da pauta do alto valor das tarifas de ônibus e metrô, questão que expõe as contradições e limites do capitalismo.

Nos Estados Unidos, também é nos espaços de convívio de jovens, como escolas e centros comunitários, que o movimento Black Lives Matter (Vidas Negras Importam, em tradução livre) atua. Nesses locais, trocas sobre arte, música, cultura e história negra são usadas como ferramentas de empoderamento e tomada de consciência. No projeto Free Schools (Escolas Livres), os jovens negros têm a oportunidade de se debruçar numa jornada de estudos sobre feminismo, história do povo negro e trajetórias de lutas.

A frase “nada sobre nós sem nós” é um dos mantras de todas essas iniciativas e revela a urgência de garantir para as mulheres, negros, periféricos, LGBTQs e pobres o protagonismo das ações políticas. O extermínio da população negra é uma das causas mais importantes para essa juventude, que quer pensar e praticar outras políticas.

PERGUNTAS PARA DEBATE:

1 **Você ou sua organização abrem espaço e incentivam para a participação de jovens como protagonistas de ações políticas?**

2 **Como conectar a atuação dos movimentos e organizações tradicionais com a efervescência e novas práticas dos coletivos de juventude?**

3 **Qual o papel da juventude na construção de um novo paradigma para nossa sociedade, mais democrático e participativo?**



Jornalistas Livres



Jornalistas Livres





POR UMA FRENTE DE RESISTÊNCIA URBANA: COMO CONSTRUIR TERRITÓRIOS DE BEM VIVER E VIDA DIGNA NA AMÉRICA LATINA?

Mídia Ninja



Romper com a ideia que coloca a cidade como centro da acumulação capitalista e pensá-la como espaço de articulação dos de baixo é um novo paradigma importante. Nesse sentido, as experiências dos movimentos de moradia ganham destaque, em especial a estratégia das ocupações de imóveis que não cumpram a função social.

A questão é pensar não só nas ocupações em si, mas em suas relações com os territórios e as pessoas que neles vivem. Dessa forma, as ocupações são vistas como Laboratórios do Poder Popular: iniciativas que convergem e alimentam o debate sobre o comum, o bem viver e o poder popular nas cidades, para que as maiorias sociais se tornem também maiorias políticas.

É o caso de São Gonçalo, na região metropolitana do Rio de Janeiro, área bastante complexa por causa da convivência com atores locais que incluem tráfico de drogas, milícias armadas e agentes de um Estado militarizado. Essa realidade acaba por fragmentar a ação dos movimentos e organizações, que têm dificuldade de se conectar com a população. A resposta do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) foi pensar em outras formas de organização coletiva, o que se materializou na forma de uma cozinha comunitária, em que é feita distribuição gratuita de alimentos nos finais de semana. Com ela, foi possível estabelecer outras relações e rearticular atores, fortalecendo o movimento.

Um exemplo ainda mais poderoso de ação alternativa acontece em Brasília, onde o movimento resgatou e atualizou uma estratégia antiga: os mutirões de autoconstrução. O contexto do Distrito Federal é marcado por uma desigualdade muito grande, em especial no que diz respeito ao acesso à terra. Dessa forma, se torna mais importante consolidar a conquista quando um grupo consegue ocupar uma área.

É o caso do Sol Nascente, área que abriga 110 famílias. O terreno foi conquistado pelo movimento junto ao governo do DF em 2017, mas não havia previsão de recursos do poder público para a construção. Para resolver o problema, o movimento propôs a construção em sistema de mutirão de casas ecológicas, utilizando técnicas da permacultura. Serão casas sustentáveis e mais baratas do que as tradicionais, em que as famílias produzem até mesmo os tijolos ecológicos.⁵

O resultado é o maior mutirão de bioconstrução da história do Distrito Federal, que deverá servir de exemplo para outras comunidades de baixa renda no Brasil e no mundo. Os lotes possuem 22 metros de comprimento por 6 metros de largura e todas as casas serão construídas coletivamente, padronizadas em uma planta de 65 m². A ecovila contará com biblioteca comunitária, playground e paisagismo, de forma a acolher os novos habitantes de maneira confortável, gerando o menor impacto possível à natureza.

O debate dos movimentos vai além das fronteiras brasileiras. Em toda a América Latina, território de urbanização excludente e periférica, a luta urbana está pautada sobre três Ts: Terra, Teto e Trabalho.

Compartilhar as experiências trazidas pelas ocupações urbanas e reconectar a luta pelo direito à cidade aos interesses populares é fundamental em toda a região. A partir desse entendimento, a Frente de Resistência Urbana, composta por Argentina, Brasil, Colômbia e Chile, se organiza em três eixos:

1. crítica à luta institucional que, em um dado momento, se resumiu ao que estava posto nas leis, sem reconhecer que o poder popular nasce de baixo para cima, emana do povo;
2. crítica à conciliação de classes, pois não é possível ter cidades e sociedades mais justas por meio dela;
3. ação direta, com grandes jornadas de luta, trancamento de vias e ocupação de prédios públicos.

A Frente surge também como um espaço de troca dessas experiências. A cozinha comunitária de São Gonçalo foi inspirada em experiências da Argentina, e pode ser interessante também em outras cidades do Brasil ou da Colômbia, país que também convive com uma realidade militarizada. A Frente então se torna um espaço para que os movimentos possam pensar e construir juntos alternativas para o processo de resistência e organização dentro dos espaços urbanos.

Tudo isso dentro de uma lógica que coloca o fazer político como ação do cotidiano. E fortalecendo as economias populares e cooperativas, marcos importantes para a realização de práticas inovadoras.

5 Fonte: Revista Fórum – Outro Mundo em Debate (<https://www.revistaforum.com.br/familias-do-mtst-fazem-mutirao-para-construir-bairro-ecologico-em-favela-do-df/>)

PERGUNTAS PARA DEBATE:

1 Quais as relações que você e sua organização desenvolvem com o território em que estão inseridos?

2 Que conexões existem entre os movimentos e organizações do seu território? Como você ou sua organização colaboram para que elas se fortaleçam?

3 Como estabelecer laços e diálogo com a população não mobilizada das áreas urbanas?



CISTERNAS: A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À ÁGUA NO SEMIÁRIDO NORDESTINO

SASOP



A maior parte dos/as moradores/as do semiárido nordestino consegue hoje viver tendo água em casa mesmo nos meses de estiagem, graças à cisterna de placa, que permite recolher e conservar a água da chuva.

A ideia desta cisterna veio de um pedreiro baiano, Manoel Apolônio de Carvalho, hoje residente em Sergipe, que trabalhava em São Paulo na construção de piscinas. De volta ao Nordeste, resolveu aplicar a mesma técnica para recolher e conservar a água, sem vazamentos: construiu uma cisterna com placas de cimento. A notícia se espalhou, outros/as pequenos/as agricultores/as e técnicos/as de organizações da sociedade civil que se ocupavam da questão da conservação da água se interessaram, propuseram aperfeiçoamentos (como a colocação de uma cobertura, por exemplo).

Começaram a se difundir algumas experiências pelo Nordeste. A diocese católica de Juazeiro criou em 1997 um programa chamado “Adote uma cisterna: até 2004, nenhuma família sem água”. Foi quando ocorreu a 3ª Conferência Mundial da *Convenção de Combate à Desertificação e à Seca* da ONU, em 1999, em Recife. Agentes de duas dioceses da Igreja católica da Bahia, Juazeiro e Ruy Barbosa, levaram a proposta de universalizar as cisternas.

E a ASA (Articulação do Semiárido Brasileiro) lançou na ocasião a “Declaração do Semiárido Brasileiro”, onde critica a concepção do “combate à seca” e propõe a “convivência com o semiárido”. Nesta declaração, adianta a proposta de serem construídas 1 milhão de cisternas. Nasce, pouco tempo depois, o P1MC, Programa 1 milhão de cisternas.

A ASA é uma rede de organizações, criada em 1999, constituída na época por cerca de 60 entidades. Hoje reúne três mil organizações da sociedade civil em todos os dez estados do semiárido brasileiro (os estados do Nordeste e o norte de Minas Gerais). Estrutura-se formalmente, para além da articulação, por meio de uma OSCIP⁶ denominada P1MC, que gerencia recursos públicos e materializa políticas de convivência com o semiárido no Brasil. A lógica anterior, que pautava políticas a partir das fragilidades e sofrimentos das populações destes territórios, vistos como lugar de terra seca e fornecedor de mão-de-obra barata para outros estados brasileiros, foi substituída pelo olhar da convivência. Convivência que parte das potencialidades e riquezas do semiárido, “lugar bom de se viver”, onde a educação popular e as tecnologias sociais foram capazes de alterar um dos principais paradigmas do Brasil – a “indústria da seca”.

Uma nova postura na estratégia política da sociedade civil e do poder público, balizada nessa perspectiva inovadora, foi capaz de alterar o quadro de mortes humanas naquelas localidades mesmo com uma seca prolongada vivenciada entre os anos de 2009 a 2015. A compreensão da irregularidade das chuvas (e não a falta delas), já que o semiárido, com-

provadamente, possui quatro meses de chuvas e oito meses de estiagem, em média, foi fundamental para que os resultados positivos se multiplicassem. Os sistemas de captação de água da chuva centralizados nas cisternas, em outras tecnologias sociais e na formação comunitária garantiram o atendimento de água limpa às famílias durante os meses de estiagem. Uma cisterna de 16 mil litros possibilita 7 litros de água/dia por pessoa, para uma família média (5 pessoas), no período de oito meses, para beber, cozinhar, escovar os dentes etc.

As cisternas tornaram-se políticas públicas, assumidas pelos governos, e tiveram: o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) com a finalidade de abastecimento humano e o P1+2 (*Programa 1 Terra e 2 Águas*), cisternas para a produção (plantio e criação de animais). O governo Lula (2003-2010) decidiu apoiar o programa. Deste período até hoje, foram construídas 700 mil cisternas, sendo 600 mil cisternas para abastecimento da família - de 16 mil litros - e cisternas de produção - de 50 mil litros ou mais. A ideia desta outra cisterna veio de uma experiência bem sucedida no semiárido chinês. Mais adiante, vai surgir o programa *Cisternas Nas Escolas*. Hoje, são mais de 40 tecnologias sociais utilizadas no semiárido para captação da água de chuva para beber e produzir⁷.

Esta iniciativa mudou a realidade da região. Em lugar da dependência dos grandes da região – proprietários/as, prefeitos/as, vereadores/as –, que controlavam a população através da distribuição de água, os habitantes passaram a se tornar mais autônomos e aprenderam a conviver com o que a natureza lhes oferecia. A possibilidade de acesso à água mesmo em períodos de nenhuma ou pouca chuva, aliada a uma série de políticas sociais que beneficiaram os/as moradores/as da região, como o salário mínimo dos aposentados rurais, o “Luz para Todos”, a melhoria nos transportes, geraram uma verdadeira transformação. Aquelas cenas de famílias fugindo da seca, crianças famintas, saques em cidades, acabaram. Isto possibilitou a permanência da juventude no campo, a ampliação no acesso à terra, dos direitos das mulheres, das políticas de comunicação local, além de as trocas de experiência serem impulsionadoras de mais mobilização social e organização comunitária.

6 OSCIP: Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

7 Cf. o site da ASA: www.asabrasil.org.br ; o livro de Roberto Malvezzi, *Semiárido: uma visão holística* (disponível para baixar em www.robertomalvezzi.com.br/livros); “Democratização do acesso à água” (<http://praticasalternativas.org.br/pratica/convivencia-com-o-semiarido-democratizacao-do-acesso-a-agua>) .



SASOP



SASOP





EDUCAÇÃO POPULAR COMO PRÁTICA DA LIBERDADE

Gisele Brito/Abong



Práticas de educação libertadora baseadas nos saberes locais, na autoformação cidadã e na construção de uma consciência crítica têm sido a principal estratégia da educação popular na América Latina. Desde a década de 1960, educadoras e educadores populares têm se revezado em praticamente todos os países latino-americanos contribuindo para a constituição de sujeitos conscientes de seu papel no mundo e, principalmente, na formação de sujeitos coletivos voltados à compreensão e transformação de sua realidade. O mestre destas experiências é o nordestino de Pernambuco, professor Paulo Freire, uma referência de compromisso engajado, de estudo crítico, de mente aberta para o novo e de metodologia libertadora onde o educando e o educador fazem juntos uma trajetória de aprendizado.

Na Colômbia, uma escola de formação com comunidades indígenas e afrodescendentes incentiva as capacidades das pessoas, para que elas possam, num processo de autoformação, se reconhecer como pesquisadores/as locais. Tomar consciência do lugar onde se está no mundo e, a partir deste lugar, transformá-lo. Em Honduras, o princípio base é a consciência de que os/as camponeses/as são pesquisadores por excelência e que, a partir de seus saberes, é possível garantir processos inovadores. Uma experiência com 30 famílias de quatro comunidades que tiveram a oportunidade de frequentar uma escola rotativa se expandiu e hoje existem três escolas desse tipo, onde os/as jovens aplicam a metodologia de aprender e transmitir o que sabem. Nelas, homens e mulheres podem levar crianças para a aula e, enquanto eles atuam na parte agrícola, elas definem os temas que querem trabalhar. No Paraguai, há uma importante cultura de educação popular que, inclusive, preserva a língua guarani como vínculo com sua ancestralidade indígena. Durante o breve governo do presidente Fernando Lugo, estas iniciativas se somaram a um programa que aplicava metodologias contextualizadas e populares.

Dada a importância da educação popular em toda a América Latina, desde 1979 existe o Conselho de Educação de Adultos da América Latina – CEAAL, uma rede da sociedade civil latino-americana que reúne educadoras e educadores populares de todos os países das regiões do Cone Sul, Panamazônia, Andes, Centro América e Caribe. O CEAAL, desde sua criação, busca apoiar o trabalho de base das organizações a ele vinculadas, desenvolve momentos de trocas de experiências, de estudo e reflexão sobre as várias realidades, produção e difusão de conhecimento e vários momentos formativos.

O Brasil, desde o período da ditadura civil-militar, tem importantes processos de educação popular através dos sindicatos, das pastorais sociais, das organizações e movimentos populares e, em alguns casos, através de políticas governamentais. Nos doze anos e meio dos governos democrático-populares dos ex-presidentes Lula e Dilma, por exemplo, foi

constituída uma política de apoio aos processos de educação popular articulados com o Programa Fome Zero. Este apoio tinha como ponto de partida os ensinamentos de Paulo Freire para que o Fome Zero, além de alimentar as barrigas, alimentasse a consciência do povo. Com o incentivo deste Programa, foi constituída pelas organizações da sociedade civil a Rede de Educação Cidadã (Recid).

Ao longo de doze anos, a Recid esteve em mais mil comunidades, realizando mais de doze mil atividades que envolveram mais de cem mil educadoras e educadores populares, na sua maioria jovens, que participaram de oficinas, rodas de conversar, cursos de formação, seminários, encontros regionais e nacionais, sempre com processos coletivos de reflexão sobre sua realidade local e metodologias inovadoras. Articuladas com as políticas de inclusão social, econômicas e produtivas destes governos, a Recid buscou articular a militância social que atuava nas questões de combate à fome e pela soberania alimentar, nas questões de gênero, da própria economia popular e solidária e das juventudes. Aquilo que a Recid aportou de processos de educação e articulação social segue sendo uma referência em todos os municípios onde foi realizada. No entanto, a educação popular como política pública enfrenta um desafio que é a sua continuidade. A ruptura política que resultou no impedimento da ex-presidenta Dilma Rousseff foi um grande baque para as políticas sociais, de inclusão econômica e produtiva da maioria dos segmentos populares e para os programas de educação formal e popular.

Para a educação popular em toda a América Latina, há um outro desafio que é a incorporação das novas tecnologias e as novas linguagens como ferramentas nos processos de reflexão e aprendizagem. Ainda não foi possível identificar formas mais eficazes de incorporar os aplicativos e suas funções nos processos de reflexão, conhecimento da realidade e formação de consciência crítica. A educação à distância, por exemplo, tem sido usada como forma de difundir informações e conhecimentos, mas precisa ser combinada com momentos presenciais e momentos de prática.

Por isso, desde 2015, a Abong criou o Programa Compartilhar Conhecimento, uma plataforma digital que reúne dezenas de cursos de formação sobre temas de relevância para a atuação das organizações e movimentos sociais do campo da defesa dos direitos e dos bens comuns. O Compartilhar Conhecimento, para além de permitir a difusão de informações em larga escala através das redes virtuais, traz uma pegada metodológica que articula momentos presenciais com momentos à distância e com a exigência de ações práticas nos territórios que são analisadas à luz de uma metodologia de trocas e reflexões coletivas. Atualmente, o Programa Compartilhar Conhecimento está com cursos sobre Economia e Fundos Solidários, Mobilização de Recursos para OSCs e Movimentos Sociais, sobre

acesso a recursos públicos através do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC) e sobre feminismos. Já foram realizados cursos sobre Comunicação que resultaram na criação da Cardume Comunicação na Defesa de Direitos, uma rede de comunicadoras e comunicadores das OSCs e movimentos sociais que buscam atuar de forma coletiva.

O bom das ações de educação formal e de educação popular é que, aquelas pessoas que participam incorporam às suas consciências coisas que os retrocessos políticos não conseguem tirar. Na educação popular, quanto mais se dá, mais se tem. As experiências de educação popular seguem sendo uma referência de processos de empoderamento de pessoas, grupos e coletivos. Sem elas, não haverá um outro mundo onde cada ser humano seja sujeito de sua própria história.

PERGUNTAS PARA DEBATE:

1 Sua organização ou movimento social desenvolve práticas de educação popular?

2 Como seria possível incorporar as novas tecnologias e aplicativos nos processos de aprendizado, em especial, com as juventudes?

3 Como a educação popular pode ser ferramenta de transformação social?

ODS - AGENDA 2030: SOCIEDADE CIVIL CONSTRUINDO A RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA

Gisele Brito/Abong



Desde o final da Segunda Guerra Mundial a sociedade civil internacional tem atuado de forma efetiva na defesa dos direitos humanos e sociais. Um destes espaços de pressão social perante os governos e os setores privados de todo o mundo são as Conferências das Nações Unidas (ONU). A Rio-92, realizada no Brasil, foi um momento importante para demarcar as agendas ambientais. Em 1995 ocorreu a Conferência das Mulheres, em Beijing na China, em 1996 ocorreu a Conferência sobre o Direito a Moradia - Habitat em Istambul na Turquia e tantas outras têm sido realizadas, construindo princípios básicos importantes sobre os direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais que devem orientar as relações dos seres humanos entre si e com seus governos.

Nos anos 2000 foram propostos pelo Sistema ONU os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM) a serem assumidos por governos, setores privados e sociedade civil organizada. Estes objetivos, em seu próprio enunciado, não propunham uma agenda de transformação social capaz de atender às necessidades de mudanças necessárias para a maioria da humanidade. Apesar da frustração com a experiência dos ODMs, ela serviu como base para que, no processo de preparação da Rio+20, fosse criada uma rede bastante ampla de organizações e movimentos sociais na defesa de objetivos e metas focadas nos reais interesses da maioria da humanidade. O resultado deste processo foi que, em 2015, durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, em Nova Iorque, fossem aprovados os Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ODS), que são uma agenda mundial com 17 Objetivos e 169 Metas adotadas por mais de 150 países. O compromisso dos países que aderiram aos ODS é cumprir suas metas até 2030, por isso intitulada Agenda 2030.

Como todas as agendas que são parte do embate entre governos, sociedade civil e setores empresariais, os ODS estão constantemente em disputa. Desde sua definição, que em alguns casos não explicita as reais causas dos problemas que pretendem resolver, até sua utilização para a mercantilização e financeirização do meio ambiente através da denominada “economia verde”, são questões que colocam a sociedade civil em permanente vigilância, pressão social e denúncia de descompromisso real com os ODS e a Agenda 2030.

Um elemento central é que os ODS não possuem orçamento para sua implementação. Então as declarações de compromisso não se refletem diretamente em disponibilização de recursos públicos e dos grandes conglomerados econômicos para seu cumprimento. Pior que isso: os governos e as grandes empresas nacionais e internacionais, em muitos casos, são as principais violadoras de direitos e não têm real interesse em promover as medidas que estão expressas nos ODS. Esta contradição tem sido uma das principais linhas de denúncia e de pressão da sociedade civil internacional.

Outro elemento importante é a desigualdade de condições de atuar que existe entre os atores sociais, governamentais e empresariais. Os governos aportam muitos recursos para os processos de discussão, encontros, seminários, plenárias. A sociedade civil internacional não possui recursos para se articular e participar de forma autônoma e efetiva nos processos, sempre dependendo de contar com apoio governamental. Neste sentido, a União Europeia tem sido uma parceira fundamental no financiamento da participação de representantes da sociedade civil na maioria dos espaços multilaterais.

Como dito, alguns dos ODS dialogam com as propostas e orientações das organizações e dos movimentos sociais, como o ODS 1 sobre a Erradicação da Pobreza; o ODS 2 que trata da Fome Zero e da Agricultura Sustentável; o ODS 5 sobre Igualdade de Gênero; o ODS 10 sobre a Redução das Desigualdades; o ODS 11 sobre Cidades e Comunidades Sustentáveis; o ODS 13 sobre as Mudanças Globais do Clima; o ODS 16 sobre Paz, Justiça e Instituições Eficazes e o ODS 17 sobre Parcerias. No entanto, os ODS sobre mundo do trabalho, economia, água, educação, saúde, saneamento, água, rios, oceanos, territórios, biomas, sobre economia, consumo, industriais e energia não enfrentam o centro do problema, tangenciando as questões estruturais e as suas reais causas.

Talvez por isso, a participação e o engajamento em torno dos ODS ainda precisam avançar. Apenas 5% das organizações da sociedade civil no Brasil atuam a partir da Agenda 2030, segundo levantamento da OSC Agenda Pública. Parte dessa dificuldade está no distanciamento dos objetivos do cotidiano das pessoas. A avaliação é que alguns ODS podem ajudar a enfrentar alguns desafios que o Brasil precisa resolver, especialmente no que tange ao tema das desigualdades que inclui a agenda dos povos negros, a agenda das mulheres e a agenda das cidades sustentáveis. Mas, para isso, o centro da luta deve ser os direitos humanos e a dignidade das pessoas.

Apesar destas limitações, olhando na perspectiva de que as mudanças serão resultado de alguma forma de transição deste atual modelo para outro mais justo e sustentável, os ODS são uma experiência rica porque é um esforço planetário que está articulando governos, sociedade civil e setores empresariais em prol de objetivos comuns e pode ser uma referência para a adoção de futuras medidas mais radicais e eficazes em uma nova agenda pós-2030 num cenário onde as crises sociais, econômicas e ambientais deverão se agudizar.

PERGUNTAS PARA DEBATE:

1 Quais dos ODS dialogam melhor com as causas em que vocês atuam?

2 É possível participar de processos com governos e empresários e conquistar a ampliação de direitos?

3 Como garantir que as agendas dos ODS sejam efetivas no cotidiano das pessoas de nossas comunidades?



DIRETORIA EXECUTIVA	GESTÃO 2016/2019
Adriana Ramos	ISA - Instituto Socioambiental (DF)
Eleutéria Amora da Silva	CAMTRA - Casa da Mulher Trabalhadora (RJ)
Evanildo Barbosa da Silva	FASE NACIONAL (RJ)
Iara Pietricovsky de Oliveira	INESC - Instituto de Estudos Socioeconômicos (DF)
Mauri José Vieira Cruz	CAMP - Centro de Assessoria Multiprofissional (RS)

DIREÇÕES ESTADUAIS

ACRE

- Maria Jocicleide Lima de Aguiar | RAHM - Rede Acreana de Homens e Mulheres
- Maria Rozilda Barbosa do Nascimento | CDDHEP/AC – Centro de Defesa dos Direitos Humanos e Educação Popular do Acre

BAHIA

- Eliana Rolemberg | ELO – Ligação e Organização
- Damien Hazard | Vida Brasil

CEARÁ

- Rogério da Costa Araújo | CDVHS – Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza

PARÁ

- Aldalice Moura da Cruz Otterloo | UNIPOP – Instituto Universidade Popular
- Maria Luiza Barroso Magno de Menezes | MOPROM – Movimento de Promoção da Mulher

PARANÁ

- Gelsi Antônio Dutra | ASSESOAR – Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural

PERNAMBUCO

- Alessandra Nilo | GESTOS – Soropositividade, Comunicação e Gênero
- Sylvia Siqueira Campos | MIRIM BRASIL – Movimento Infantojuvenil de Reivindicação
- Emanuela Marinho de Castro | CMN – Casa da Mulher do Nordeste

RIO DE JANEIRO

- Antônia de Maria Mendes Rodrigues | IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
- Dayse Valença | ASPLANDE – Assessoria & Planejamento para o Desenvolvimento
- Wanda Lucia Branco Guimarães | CEDAPS – Centro de Promoção da Saúde

RIO GRANDE DO SUL

- Vitor Hugo Hollas | CAPA – Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia
- Jorge Alfredo Gimenez Peralta | Centro de Educação e Assessoramento Popular

SÃO PAULO

- Alexandre Isaac | CENPEC – Centro de Pesquisas em Educação e Cultura e Ação Comunitária
- Belloyanis Monteiro | Fundação SOS Mata Atlântica
- Franklin Felix de Lima | FICAS – Fundo Internacional Socioambiental

TOCANTINS

- Maria de Fátima Dourado Silva | CDHP – Centro de Direitos Humanos de Palmas
- Carleis Pereira de Souza | COMSAÚDE – Comunidade de Saúde Desenvolvimento e Educação

EQUIPE ABONG

Coordenação
Franklin Félix

Comunicação
Nicolau Soares e Lorena Alves

Projetos
Pedro Bocca e Raquel Catalani

Formação
Renata Pistelli

Administrativo/Financeiro
Adriana Torreão
Wanderson Borges

ISER ASSESSORIA
QUADRO INSTITUCIONAL
EQUIPE DO ISER ASSESSORIA

Ivo Lesbaupin, sociólogo	Secretário-Executivo
Névio Fiorin, pastoralista	Secretário-Adjunto
Erika Glória Rocha dos Santos	pedagoga
Faustino Teixeira	teólogo
Francisco Orofino	teólogo biblista
Lúcia Ribeiro	socióloga
Paulo Fernando Carneiro de Andrade	teólogo
Pedro A. Ribeiro de Oliveira	sociólogo
Solange dos Santos Rodrigues	socióloga

DIRETORIA

Ricardo de Gouvêa Corrêa, arquiteto	Presidente
Leonardo Boff, teólogo	Vice-presidente
Maria Helena Arrochelas Correa, diretora do CAAL	Secretária
Terezinha Aparecida de Vasconcelos, assistente social	Tesoureiro
José Cláudio Souza Alves, sociólogo	Vogal

CARTILHA POPULAR “NOVOS PARADIGMAS PARA OUTRO MUNDO POSSÍVEL”

Texto: **Gisele Britto, Ivo Lesbaupin, Mauri Cruz, Nicolau Soares**

Coordenação editorial: **Ivo Lesbaupin e Mauri Cruz**

Ilustrações: **Nara Oliveira | Quijaua/Gunga**

Design gráfico: **Beto Fagundes | USINA IDEIAS**

Foto da capa: **Marcelo Santos Braga | Brasil de Fato**

REALIZAÇÃO



APOIO



Participantes do Encontro Internacional
“Evitar o Desastre Ecológico - Construir a Sociedade do Bem Viver”
realizado dias 13 e 14 de março de 2018, no FSM 2018, Salvador, Bahia, Brasil.

Adam arap Chepkwony	Domenico Guarino	Juliane Fagundes	Oscar Campanini
Aderlinda Bastos Santana	Dominique Rossier	Juscélia O. Pereira de Sant'Anna	Olavio Leme
Adriana Patricia Angarita Camacho	Eduardo Ferreira de Paula	Kelly Rangel	Pablo Carlos Nuñez
Adriana Ramos	Eleadora Quiroz Caceres	Laura Nogueira Oliveira	Pablo Solón
Adriana Ribeiro da Silva	Elisa Michaeiles Dourado	Laura Rivera A.	Patricia Carneiro Cunha
Afonso Murad	Elisabetta Pompei	Leila Regina da Silva	Patricia Lizarage
Ahmad Amar Mansour Simmons	Elizabeth Peredo B.	Leticia Tura	Paula Pereira Scherre
Aidinalva Souza	Elsy Marulanda	Licia Guimarães Posso	Paulo Agostinho Baptista
Alba Valéria Freitas Dutra	Elza Monteiro Magalhães	Linduvinha (Lila) Molinier	Paulo Tadeu Barausse
Alexa Federle do Nascimento	Eliziclécia Araújo	Lisete Avelaro	Pe. Dario Bossi
Alexandro Cardozo	Erica Telles	Livia Cristine Dutra Ferreira	Pedro A. Ribeiro de Oliveira
Alice Cintra	Erika Patricia Sánchez Valdez	Lorena Nascimento	Pedro Artington Lewis
Aline de Paula Oliveira	Erisvan Bone de Souza	Lucas Nipólito dos Santos	Pedro Paulo Bocca
Aline Maron Setenta	Esteban Marconi	Lucas Portela Delgado de Freitas	Priscila Corrêa de Mello Moreira
Aline Souza da Silva	Eugenio Guerrero	Luciano Cason	Rafael Azevedo Rodrigues
Almir Dias Simões	Evanildo Barbosa Silva	Luciano Padrão	Raimundo A. Oliveira
Ana Pessoa	Federico Orchoni	Luis Enrique Orduz Valencia	Rene Martinez
Anahi Benítez	Fernando Valencia Kiuska	Luis González	Reryssa Ribeiro Costa
Andréa Cerqueira dos Santos	Filipe Xavier	Luiz Carlos Susin	Ricardo Augusto Brito de Moraes
Andreia de Jesus Silva	Firmino Gomes	Luiz Fernando Vasconcelos	Ricardo Galletta
Andreza P. Silva	Flavia Cavalcante Tavares	Luiza M. Barros	Ricardo Petrella
Anibal M. Rodrigues	Florence Frossard	Luziene da Silva Queiroz	Rildo Santos
Anthonny S. da Paz	Francisca Chavez	Madalena Haruma	Rina Elizabeth Abrego
Antônia Nágela de Araújo Costa	Francisco Gomes da Lima	Marcella Sgura Viana	Ronnie Palacios
Antonio Lisboa L. Souza	Franklin Feliz	Marcelo Barros	Rosalvo de Oliveira Junior
Antonio Martins	Gabriela Silva	Marcelo Rocha	Rosamaria de Medeiros Arnt
Are E. B. Skau	Gehard Baumschler	Márcia Alaide Ribeiro Sacramento	Rose Costa
Beatrice Kruich	Genoveva Ocampos	Márcia M.R. Oliveira	Rud Rafael
Belhassen Homolous	German Niño	Marcio Roberto Gonçalves	Ruth Tánchez
Bernalv Santos	Germán Velez	Marcos Arruda	Sabine Stelczenmayr
Bianka de Jesus	Gian Paolo Pezzi	Maria Cecília Pires de Campos	Sandra Quintela
Breno de Souza Pessoa	Giilio Brunelli	Maria do Carmo Brito	Shirley Almeida
Camila Peters Ferrão	Gisele Porto	Maria Dulcine Almeida	Silvia Ferrero
Carla Beatriz N. Maia	Guilherme Augusto da Silva	Maria Julia Gomes	Simone Della Monica
Carlos Antônio Sacramento	Guilia Bondi	Maria Lucia Santos	Sinivaldo S. Tavares
Carlos Eduardo Galletta	Guillermo Ortega Rios	Maria Lusica Santos	Socorro Ferreira
Carmen Cornaglia	Heriberto Castillo Hernández	Maria Tereza Sartorio	Sonia Bone Guajajara
Carmen Lucia Reguffe	Hugo Heredia	Marielle Ramires	Sonia Couto
Carolina Bellinger	Humberto Castillo	Marieta Kaufmann	Sóstenes Santos
Celio Meira	Iara Pietricovsky	Marilucia S. Azevedo	Stefan Kramer
Chanelle Helm	Ilice Marília Dantas Pinto	Mariluz Martin	Stefan Reinhold
Charles Matos Figueiredo	Ines Pandelo	Marina Berhorn de Pinho	Stefan Salzmann
Cherizar Crippen	Ingrid Cres	Mario do Carmo Britto de Moraes	Sueli Esteves
Chiara Dusi	Ingrid Pena	Marlene de Paulo	Susanne Friess
Chiara Martinelli	Ivanildo José	Marta Iris López	Tania Ricaldi Arévalo
Cintia Almeida	Ivo Lesbaupin	Mateo Munin	Tatiana Roa Avendario
Claudio L. Santos	Izabela Santos Freitas	Mauricio Abdalla Guerrigri	Thaline Fontenele
Cleusa Alves da Silva	Izanete M. Colla	Maurio Abdalla	Therezinha A. Vieira
Cristina Aragón	Jeanne dos Santos	Michaela Verboom	Thomas Gordon III
Custodio Q. S.	Jenito Abreu João Faustino	Michele Almeida	Tiago Vilaronga
Daniel Rodriguez Tacui	João Luiz Alves de Oliveira	Miguel Fleitas Martinez	Tobias Buser
Daniela Tolfo	João Paulo Câmara	Mireia Porta	Valeria Giannella
David Diaz Ruiz	Joaquim Kiyoshi	Myrian Gonzalez Vera	Valerio P. Santos
David Hostettler	Joilson Bergher	Natalia Mori	Vera Lucia Geraldo
David Knecht	Joilson Costa	Natalia Quifionez	Victoria Laens Bizera
David Welch	Jorge Pereira	Natalia Quifionez	Victoria Peralta Rolos
David Simadon	José Antonio Moroni	Nicolas McMahan	Vinicius B. R. Nicário
Davis Morante Trebejo	José Serafim da Costa Neto	Nicolas Van Nuffet	Viuvardo Rodrigues dos Santos
Débora Louise	Jovair Longo	Niedja Maria Batista	Wagner Moreira Campos
Denise Maria da S. Ribeiro	Juan Fidez	Octavio Sanchez Escoto	Waldecy Cardoso da Cruz
Denise Verdade	Judith Reusser	Omar Serrano	Yoemi Fujiwara
Diego Dominguez	Julian Arias	Órlando Aguiar	Yuriê B. César
Dilma Maria Sales Barreto Bauzim	Juliana Monique de Souza Arújo	Oscar Bazoberry	



De cima pra baixo:
Mídia Ninja
Jornalistas Livres
Mídia Ninja
Mídia Ninja



NOVOS PARADIGMAS

rumo ao bem viver

A insustentabilidade do modo de vida centrado no consumo ilimitado já é um tema conhecido pela maioria dos habitantes do planeta Terra.

A consciência de que esta insustentabilidade está chegando no seu limiar e que põe em risco a sobrevivência da própria humanidade talvez ainda não seja um senso comum.

Abong
DEMOCRACIA, DIREITOS
E BENS COMUNS

iser **Assessoria**
Religião, Cidadania e Democracia

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-88502-16-1



9 788588 502161